



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal  
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaíva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 15 de agosto de 2025

07 Páginas / Ano 9 / Edição nº 950



## DECRETOS

### DECRETO nº. 1019/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.893.044,25 (Um milhão, oitocentos e noventa e três mil, quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º, e 7º, da Lei Municipal nº. 3.018/2024,

#### DECRETA

**Artigo 1º.** Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguariaíva, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.893.044,25 (Um milhão, oitocentos e noventa e três mil, quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

<b>09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR</b>		
<b>2.034 Manutenção dos Serviços Administrativos da SETUR</b>		
161 3.3.90.39.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29.353,00	
<b>10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC</b>		
<b>2.047 Manutenção da Educação Fundamental</b>		
212 3.3.90.39.00.00.00 0104 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	426.000,00	
<b>2.049 Manutenção do Transporte Escolar</b>		
221 3.3.90.30.00.00.00 0504 Material de Consumo	173.000,00	
<b>11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS</b>		
<b>2.063 Manutenção dos Serviços Adm. do Fundo Municipal de Saúde</b>		
281 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00	
<b>2.065 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde</b>		
288 3.3.90.14.00.00.00 0498 Diárias - Pessoa Civil	10.000,00	
<b>2.071 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupion</b>		
315 3.3.90.39.00.00.00 0369 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00	
<b>2.105 Manutenção Convênio com Consórcio</b>		
297 3.3.71.70.00.00.00 0303 Rateio pela Participação em Consórcio Público	275.000,00	
298 3.3.90.39.00.00.00 0303 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	573.000,00	
298 3.3.90.39.00.00.00 0498 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	192.354,25	
<b>12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF</b>		
<b>2.075 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEDESMF</b>		
349 3.3.90.39.00.00.00 0935 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.660,00	
<b>2.077 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar</b>		
357 3.3.90.14.00.00.00 0000 Diárias - Pessoa Civil	950,00	
<b>15 SECRETARIA M. DE SEG. PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL - SEMSP</b>		
<b>2.021 Manutenção da Segurança Pública e Ordem Social</b>		
410 3.3.90.30.00.00.00 0000 Material de Consumo	6.727,00	

**Artigo 2º.** Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º, e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

#### I. Oriundos de excesso de arrecadação das seguintes fontes:

Fonte	Descrição	Valor
0104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	270.000,00
0303	Saúde - Receitas Vinculadas 15%	948.000,00
0504	Outros Royalties e Compensações Finan. E Patrim. Não Previdenciária	173.000,00
0498	Assistência Farmacêutica	202.354,25

#### II. Oriundo do cancelamento da seguinte Dotação:

<b>04 SECRETARIA MUNICIPAL DE NEGÓCIOS JURÍDICOS - SENJUR</b>		
<b>2.010 Manutenção dos Serviços Administrativos da SENJUR</b>		
57 3.3.90.39.00.00.00 0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29.353,00	
<b>10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC</b>		
<b>2.047 Manutenção da Educação Fundamental</b>		
208 3.3.50.43.00.00.00 0104 Subvenções Sociais	76.000,00	
214 4.4.90.52.00.00.00 0104 Equipamentos e Material Permanente	80.000,00	
<b>11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS</b>		
<b>2.071 Manutenção do Hospital Municipal Carolina Lupion</b>		
313 3.3.90.39.00.00.00 0369 Material de Consumo	100.000,00	
<b>12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF</b>		
<b>2.077 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar</b>		
361 4.4.90.52.00.00.00 0000 Equipamentos e Material Permanente	950,00	
<b>2.087 Manutenção do Abrigo para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco</b>		
389 4.4.90.52.00.00.00 0935 Equipamentos e Material Permanente	6.660,00	
<b>15 SECRETARIA M. DE SEG. PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL - SEMSP</b>		
<b>2.021 Manutenção da Segurança Pública e Ordem Social</b>		
414 4.4.90.52.00.00.00 0000 Equipamentos e Material Permanente	6.727,00	

**Artigo 3º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

**Artigo 4º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

**Artigo 5º.** Este Decreto entrará em vigor na presente data.

**Artigo 6º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 13 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

### DECRETO nº. 1020/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a regularização de atividades do Fundo Municipal de Cultura, instituído pela Lei Municipal nº. 3.060/2025 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 67, incisos V, X e XI, da Lei Orgânica do Município, e com base no Protocolo Geral sob nº. 10491/2025,

Considerando, a necessidade de regulamentar a Lei Municipal nº. 3.060/2025, em seu art. 56, no âmbito da Administração Municipal.

#### DECRETA

**Art. 1º.** O Fundo Municipal de Cultura - FMC terá orçamento próprio e será administrado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

**Art. 2º.** O Fundo Municipal de Cultura - FMC terá um número de CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e da conta bancária específica para gestão executiva dos recursos do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, cujo endereço indicado para o funcionamento: Rua Prefeito Aldo Ribas, 109 - Vila Nova, - CEP 84.200.000 - Jaguariaíva/PR - Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

**Art. 3º.** Os recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC devem ser geridos em conformidade com a legislação que regula a execução dos orçamentos públicos.

**Art. 4º.** Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 5º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

HERCÍLIA TEIXEIRA DE MELLO  
Secretária Municipal de Educação e Cultura

### DECRETO nº. 1021/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Prorrogação de Sindicância para averiguação dos fatos constantes no Protocolo Geral sob nº. 10399/2024 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

#### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Prorrogada a Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº. 10399/2024, que informa sobre fatos ocorridos no setor de Iluminação Pública quanto à quebra de sigilo de documentos internos.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

### DECRETO nº. 1022/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Prorrogação de Sindicância para averiguar os fatos constantes no protocolo nº. 11471/2024.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

#### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Prorrogada a Sindicância para averiguar os fatos constantes no protocolo administrativo sob nº. 11471/2024, que trata sobre o furto de 03 caixas de colmeias de Abelha Jatai do Projeto Poliniza localizadas no Parque Linear Leonardo Von Linsengen na data de 20/08/2024, conforme Boletim de Ocorrência nº. 2024/1031738.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

### DECRETO nº. 1023/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Prorrogação de Sindicância para averiguação dos fatos constantes no Protocolo Geral sob nº. 05260/2025.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

#### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Prorrogada a Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº. 05260/2025, que informa sobre um furto no Cemitério Municipal Parque da Saudade no dia 28/03/2025, conforme Boletim de Ocorrência nº. 2025/443756.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

### DECRETO nº. 1024/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a Prorrogação de Sindicância para averiguação dos fatos constantes no Protocolo Geral sob nº. 09893/2025.

O Prefeito do Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

#### DECRETA

**Art. 1º.** Fica Prorrogada a Sindicância para apuração dos fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº. 09893/2025, que informa sobre suposta falta de atendimento à criança A.E.F.M.S na UBS Dr. Domingos Cunha na data de 04/07/2025.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 3º.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

### DECRETO nº. 1025/2025

**Súmula:** Dispõe sobre a criação da área de proteção de manancial da microbacia de captação do Rio Três Bocas, no Município de Jaguariaíva - PR, e estabelece regras de uso, manejo e plantio.

O Prefeito Municipal de Jaguariaíva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos. 2º, VI, 12, V, 13, IV, 82, IV, 83, IV e XII, 110, II, 114, IV, "b" e 133, todas da Lei Orgânica Municipal, e com base no Protocolo Geral sob nº. 11442/2025,

Considerando o disposto nos artigos 23, VI e VII, 30, I e II, e 225 da Constituição Federal;

Considerando a Lei Federal nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), que estabelece como prioritário o abastecimento humano;

Considerando a Lei Federal nº. 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), que permite ampliar a proteção das Áreas de Preservação Permanente e zonas de recarga hídrica;

Considerando a Lei Federal nº. 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), que autoriza a criação de unidades e áreas especiais de proteção para garantir a conservação dos recursos hídricos;

Considerando que a microbacia de captação do Rio Três Bocas, com área aproximada de 653 (seiscentos e cinquenta e três) hectares, constitui o ponto crítico e estratégico para o abastecimento público municipal;

Considerando o risco potencial de redução na disponibilidade de água em razão do crescimento urbano e do regime hidrológico regional, e a necessidade de preservar a quantidade e qualidade da água captada;

## DECRETA

**Art. 1º.** Fica instituída, no território do Município de Jaguaraiáva, a **Área de Proteção de Manancial da Microbacia de Captação do Rio Três Bocas**, com área aproximada de 653 (seiscentos e cinquenta e três) hectares, conforme polígono constante no Anexo I, destinada à proteção integral das nascentes e áreas de recarga hídrica.

**Art. 2º.** A Área de Proteção de Manancial tem por objetivos:

- I. assegurar a disponibilidade de água, em quantidade e qualidade, para o abastecimento Público Municipal;
- II. preservar as nascentes, cursos d'água e áreas de recarga da microbacia;
- III. disciplinar o uso do solo, de modo a evitar impactos negativos sobre o regime hídrico e a qualidade da água.

**Art. 3º.** Na Área de Proteção de Manancial ficam proibidos:

- I. o plantio ou replantio de espécies arbóreas exóticas de alta demanda hídrica, tais como *Eucalyptus* spp. e *Pinus* spp., exceto quando em projetos de restauração com espécies nativas autorizados pelo órgão ambiental competente;
- II. a supressão de vegetação nativa, exceto quando autorizada para utilidade pública ou interesse social, nos termos da Legislação Federal;
- III. a aplicação de agrotóxicos, fertilizantes químicos solúveis ou qualquer insumo que possa contaminar as águas superficiais ou subterrâneas;
- IV. a realização de atividades de mineração, terraplanagem ou movimentação de solo que comprometam a infiltração e a recarga hídrica.

**Art. 4º.** Na Área de Proteção de Manancial serão obrigatórias as seguintes medidas:

- I. manutenção e, quando necessário, recomposição das Áreas de Preservação Permanente, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros em cada margem de cursos d'água e entorno de nascentes, independentemente da largura do curso;
- II. adoção de práticas conservacionistas de solo e água, incluindo terraceamento, cobertura vegetal permanente e técnicas de infiltração (barraginhas, faixas de contenção);
- III. inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR e apresentação de regularização ambiental junto ao órgão competente.

**Art. 5º.** O Poder Executivo elaborará, no prazo máximo de 12 (doze) meses, o Plano de Gestão da Área de Proteção de Manancial, que deverá:

- I. definir zonas internas de proteção e uso sustentável;
- II. estabelecer indicadores de monitoramento de vazão e qualidade da água;
- III. propor mecanismos de compensação e incentivos a proprietários que adotem práticas compatíveis com a Proteção do Manancial.

**Art. 6º.** A fiscalização do cumprimento deste Decreto caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, sem prejuízo das competências dos órgãos ambientais Estadual e Federal.

**Art. 7º.** As espécies arbóreas exóticas de alta demanda hídrica existentes na data da publicação deste Decreto deverão ser removidas pelo proprietário ou possuidor no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados da data de publicação, com manejo ambientalmente adequado e recomposição com espécies nativas da região, conforme projeto técnico aprovado pelo órgão ambiental competente.

**§1º.** O prazo poderá ser reduzido para até 02 (dois) anos em áreas de nascentes, cursos d'água e zonas de recarga prioritária definidas pelo Plano de Gestão da Área de Proteção de Manancial.

**§2º.** A recomposição florestal deverá priorizar espécies nativas de mata ciliar e de floresta ombrófila mista, compatíveis com as condições edafoclimáticas locais.

**Art. 8º.** O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas na Legislação Ambiental, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

**Art. 9º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 10.** Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ  
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DIVAEI DA SILVA MELO  
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ERIC DUDIK ROGERIO  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

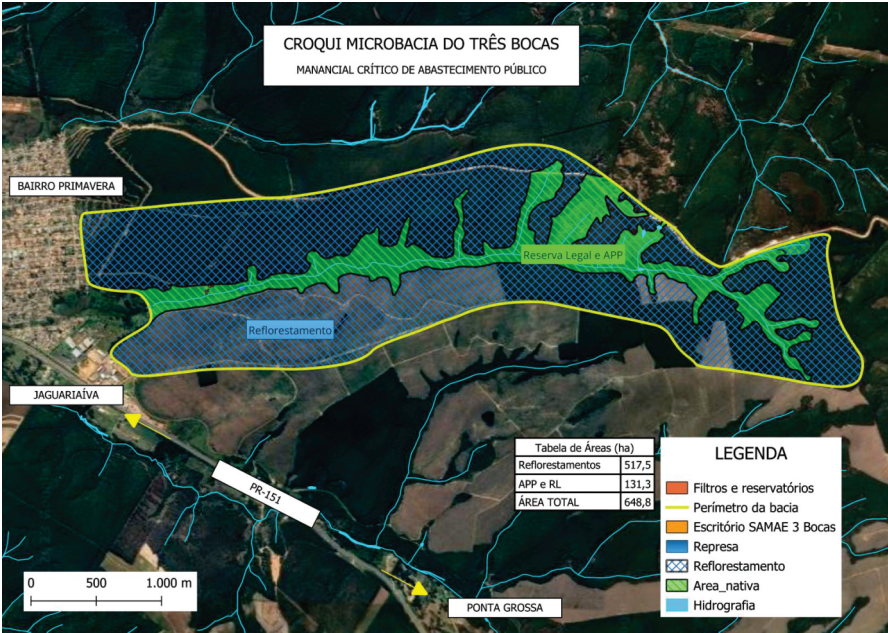
## ANEXO I

### Memorial descritivo

**Imóvel:** Bacia do Três Bocas  
**Município:** Jaguaraiáva  
**Área:** 653,47 ha  
**Perímetro:** 14.778,46 m  
**Proprietário:** Klabin S.A

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **V1**, definido pelas coordenadas E: 628.678,00 m e N: 7.313.856,60 m com azimute 257° 06' 10,30" e distância de 79,30 m até o vértice **V2**, definido pelas coordenadas E: 628.600,70 m e N: 7.313.838,90 m com azimute 192° 20' 17,26" e distância de 182,52 m até o vértice **V3**, definido pelas coordenadas E: 628.561,70 m e N: 7.313.660,60 m com azimute 180° 56' 21,09" e distância de 176,92 m até o vértice **V4**, definido pelas coordenadas E: 628.558,80 m e N: 7.313.483,70 m com azimute 224° 52' 19,25" e distância de 94,96 m até o vértice **V5**, definido pelas coordenadas E: 628.491,80 m e N: 7.313.416,40 m com azimute 246° 16' 39,82" e distância de 84,76 m até o vértice **V6**, definido pelas coordenadas E: 628.414,20 m e N: 7.313.382,30 m com azimute 263° 14' 36,38" e distância de 50,15 m até o vértice **V7**, definido pelas coordenadas E: 628.364,40 m e N: 7.313.376,40 m com azimute 285° 39' 03,38" e distância de 50,78 m até o vértice **V8**, definido pelas coordenadas E: 628.315,50 m e N: 7.313.390,10 m com azimute 325° 02' 50,05" e distância de 95,65 m até o vértice **V9**, definido pelas coordenadas E: 628.260,70 m e N: 7.313.468,50 m com azimute 331° 19' 53,02" e distância de 86,50 m até o vértice **V10**, definido pelas coordenadas E: 628.219,20 m e N: 7.313.544,40 m com azimute 327° 21' 49,65" e distância de 125,16 m até o vértice **V11**, definido pelas coordenadas E: 628.151,70 m e N: 7.313.649,80 m com azimute 302° 20' 30,68" e distância de 57,76 m até o vértice **V12**, definido pelas coordenadas E: 628.102,90 m e N: 7.313.680,70 m com azimute 254° 07' 33,19" e distância de 55,21 m até o vértice **V13**, definido pelas coordenadas E: 628.049,80 m e N: 7.313.665,60 m com azimute 216° 02' 02,85" e distância de 124,77 m até o vértice **V14**, definido pelas coordenadas E: 627.976,40 m e N: 7.313.564,70 m com azimute 225° 59' 07,96" e distância de 94,55 m até o vértice **V15**, definido pelas coordenadas E: 627.908,40 m e N: 7.313.499,00 m com azimute 181° 16' 07,50" e distância de 356,79 m até o vértice **V16**, definido pelas coordenadas E: 627.900,50 m e N: 7.313.142,30 m com azimute 173° 28' 24,51" e distância de 193,55 m até o vértice **V17**, definido pelas coordenadas E: 627.922,50 m e N: 7.312.950,00 m com azimute 173° 58' 19,51" e distância de 459,94 m até o vértice **V18**, definido pelas coordenadas E: 627.970,80 m e N: 7.312.492,60 m com azimute 182° 17' 51,38" e distância de 261,91 m até o vértice **V19**, definido pelas coordenadas E: 627.960,30 m e N: 7.312.230,90 m com azimute 173° 36' 19,63" e distância de 325,93 m até o vértice **V20**, definido pelas coordenadas E: 627.996,60 m e N: 7.311.907,00 m com azimute 160° 52' 31,61" e distância de 194,43 m até o vértice **V21**, definido pelas coordenadas E: 628.060,30 m e N: 7.311.723,30 m com azimute 130° 36' 45,68" e distância de 109,07 m até o vértice **V22**, definido pelas coordenadas E: 628.143,10 m e N: 7.311.652,30 m com azimute 160° 49' 17,80" e distância de 380,20 m até o vértice **V23**, definido pelas coordenadas E: 628.268,00 m e N: 7.311.293,20 m com azimute 156° 36' 21,56" e distância de 161,69 m até o vértice **V24**, definido pelas coordenadas E: 628.332,20 m e N: 7.311.144,80 m com azimute 163° 32' 02,71" e distância de 105,84 m até o vértice **V25**, definido pelas coordenadas E: 628.362,20 m e N: 7.311.043,30 m com azimute 156° 35' 39,23" e distância de 145,25 m até o vértice **V26**, definido pelas coordenadas E: 628.419,90 m e N: 7.310.910,00 m com azimute 167° 01' 46,46" e distância de 230,79 m até o vértice **V27**, definido pelas coordenadas E: 628.471,70 m e N: 7.310.685,10 m com azimute 177° 16' 01,08" e distância de 243,28 m até o vértice **V28**, definido pelas coordenadas E: 628.483,30 m e N: 7.310.442,10 m com azimute 185° 20' 27,63" e distância de 120,32 m até o vértice **V29**, definido pelas coordenadas E: 628.472,10 m e N: 7.310.322,30 m com azimute 191° 42' 28,13" e distância de 220,28 m até o vértice **V30**, definido pelas coordenadas E: 628.427,40 m e N: 7.310.106,60 m com azimute 197° 22' 44,13" e distância de 356,89 m até o vértice **V31**, definido pelas coordenadas E: 628.320,80 m e N: 7.309.766,00 m com azimute 227° 09' 46,88" e distância de 157,37 m até o vértice **V32**, definido pelas coordenadas E: 628.205,40 m e N: 7.309.659,00 m com azimute 282° 01' 08,41" e distância de 63,39 m até o vértice **V33**, definido pelas coordenadas E: 628.143,40 m e N: 7.309.672,20 m com azimute 246° 26' 35,60" e distância de 149,13 m até o vértice **V34**, definido pelas coordenadas E: 628.060,70 m e N: 7.309.612,40 m com azimute 247° 19' 04,98" e distância de 113,58 m até o vértice **V35**, definido pelas coordenadas E: 627.900,00 m e N: 7.309.568,80 m com azimute 204° 12' 26,57" e distância de 128,28 m até o vértice **V36**, definido pelas coordenadas E: 627.849,30 m e N: 7.309.451,80 m com azimute 172° 55' 42,77" e distância de 278,62 m até o vértice **V37**, definido pelas coordenadas E: 627.883,60 m e N: 7.309.175,30 m com azimute 186° 35' 43,93" e distância de 96,64 m até o vértice **V38**, definido pelas coordenadas E: 627.872,500 m e N: 7.309.079,300 m com azimute 166° 42' 18,58" e distância de 108,71 m até o vértice **V39**, definido pelas coordenadas E: 627.897,500 m e N: 7.308.973,500 m com azimute 191° 54' 23,83" e distância de 476,45 m até o vértice **V40**, definido pelas coordenadas E: 627.799,200 m e N: 7.308.507,300 m com azimute 182° 10' 55,43" e distância de 128,69 m até o vértice **V41**, definido pelas coordenadas E: 627.794,300 m e N: 7.308.378,700 m com azimute 188° 52' 44,31" e distância de 314,87 m até o vértice **V42**, definido pelas coordenadas E: 627.745,700 m e N: 7.308.067,600 m com azimute 86° 28' 32,30" e distância de 151,29 m até o vértice **V43**, definido pelas coordenadas E: 627.896,700 m e N: 7.308.076,900 m com azimute 77° 32' 37,44" e distância de 197,04 m até o vértice **V44**, definido pelas coordenadas E: 628.089,100 m e N: 7.308.119,400 m com azimute 63° 13' 45,76" e distância de 261,76 m até o vértice **V45**, definido pelas coordenadas E: 628.322,800 m e N: 7.308.237,300 m com azimute 59° 48' 41,40" e distância de 230,69 m até o vértice **V46**, definido pelas coordenadas E: 628.522,200 m e N: 7.308.353,300 m com azimute 73° 56' 50,36" e distância de 205,41 m até o vértice **V47**, definido pelas coordenadas E: 628.719,600 m e N: 7.308.410,100 m com azimute 50° 50' 55,28" e distância de 169,31 m até o vértice **V48**, definido pelas coordenadas E: 628.850,900 m e N: 7.308.517,000 m com azimute 4° 54' 05,53" e distância de 200,13 m até o vértice **V49**, definido pelas coordenadas E: 628.868,000 m e N: 7.308.716,400 m com azimute 338° 56' 10,36" e distância de 275,66 m até o vértice **V50**, definido pelas coordenadas E: 628.755,600 m e N: 7.308.968,100 m com azimute 350° 55' 11,74" e distância de 66,53 m até o vértice **V51**, definido pelas coordenadas E: 628.745,100 m e N: 7.309.033,800 m com azimute 39° 07' 22,88" e distância de 142,95 m até o vértice **V52**, definido pelas coordenadas E: 628.835,300 m e N: 7.309.144,700 m com azimute 44° 36' 13,99" e distância de 286,39 m até o vértice **V53**, definido pelas coordenadas E: 629.036,400 m e N: 7.309.348,600 m com azimute 26° 42' 49,94" e distância de 258,27 m até o vértice **V54**, definido pelas coordenadas E: 629.152,500 m e N: 7.309.579,300 m com azimute 46° 55' 22,36" e distância de 236,02 m até o vértice **V55**, definido pelas coordenadas E: 629.324,900 m e N: 7.309.740,500 m com azimute 36° 25' 42,39" e distância de 363,41 m até o vértice **V56**, definido pelas coordenadas E: 629.540,700 m e N: 7.310.032,900 m com azimute 38° 39' 14,33" e distância de 307,07 m até o vértice **V57**, definido pelas coordenadas E: 629.732,500 m e N: 7.310.272,700 m com azimute 357° 02' 34,08" e distância de 211,28 m até o vértice **V58**, definido pelas coordenadas E: 629.721,600 m e N: 7.310.483,700 m com azimute 344° 12' 21,40" e distância de 774,85 m até o vértice **V59**, definido pelas coordenadas E: 629.510,700 m e N: 7.311.229,300 m com azimute 346° 32' 58,77" e distância de 702,06 m até o vértice **V60**, definido pelas coordenadas E: 629.347,400 m e N: 7.311.912,100 m com azimute 350° 25' 37,16" e distância de 391,45 m até o vértice **V61**, definido pelas coordenadas E: 629.282,300 m e N: 7.312.298,100 m com azimute 351° 11' 51,97" e distância de 209,77 m até o vértice **V62**, definido pelas coordenadas E: 629.250,200 m e N: 7.312.505,400 m com azimute 9° 06' 25,13" e distância de 121,94 m até o vértice **V63**, definido pelas coordenadas E: 629.269,500 m e N: 7.312.625,800 m com azimute 355° 35' 47,47" e distância de 552,23 m até o vértice **V64**, definido pelas coordenadas E: 629.227,100 m e N: 7.313.176,400 m com azimute 353° 55' 07,41" e distância de 219,94 m até o vértice **V65**, definido pelas coordenadas E: 629.203,800 m e N: 7.313.395,100 m com azimute 354° 44' 16,00" e distância de 436,14 m até o vértice **V66**, definido pelas coordenadas E: 629.163,800 m e N: 7.313.829,400 m com azimute 342° 52' 23,74" e distância de 105,27 m até o vértice **V67**, definido pelas coordenadas E: 629.132,800 m e N: 7.313.930,000 m com azimute 260° 49' 55,59" e distância de 460,68 m até o vértice **V1**, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georeferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGR, fuso 22S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.



## EDITAL DE CITAÇÃO

Processo nº. 15.819-2024

Investigado: EMERSON POMIM PONCIANO

O Presidente da Comissão Administrativa Disciplinar Permanente, instituída pelo Decreto nº 017/2025 e Decreto 747/2025, abaixo assinado, tendo

em vista que o servidor não está prestando serviço no seu setor de lotação, bem como não fora encontrado em sua residência, conforme endereço constante no Departamento de Recursos Humanos, CITA o Sr. EMERSON POMIM PONCIANO, servidor público que exerceu cargo em comissão como Diretor do Departamento Gráfico, sob matrícula nº 6.575, tendo em vista os fatos informados no protocolo n. 15.819-2024, sendo passível de pena de demissão, conforme lei municipal 2155/2010, para comparecer na sede da Comissão, na Praça Isabel Branco, nº 142, Paço Municipal, 4º andar, pessoalmente ou através de seu procurador regularmente constituído, na data de 05 de setembro de 2025 às 09h30min para prestar depoimento e acompanhar oitiva de testemunhas, ficando-lhe, para esse efeito, facultada desde logo, vistas e/ou fotocópias dos respectivos autos, pessoalmente ou através de seu procurador regularmente constituído. Outrossim, querendo, deverá trazer testemunhas.

Jaguaraiáva-Pr, 14 de agosto de 2025.

MATHEUS RISSATTO ROIVIRO  
Presidente da CADP



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

Rosana Araújo Lopes - MTB. nº 3194 - PR

Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação

Rua Leonidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta

(43) 3535 9306

E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO



Autos nº 5648/2024  
**Assunto: Furto Sinistro Pesqueiro Kombi - Placas ASR 1448, ocorrido em 29/04/2024.**

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de processo de sindicância instaurado pelo decreto nº526/2024 para apurar os fatos e responsabilidade do sinistro com o veículo kombi Placas ASR-1448descritos no Protocolo Geral sob nº 5648/2024

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 17/2025 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva das testemunhas; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela não responsabilização do servidor em cumprimento da lei municipal 2155/10; por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pelo arquivamento do feito, conforme previsão da lei municipal 2155/10.

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Abstrai-se dos autos, em síntese, que o veículo no dia 29/04/2024, um dos motoristas que fazem a linha do pesqueiro estava de Artigo 52, quando o Diretor da época Sr. Cristiam iria fazer o transporte dos alunos, o mesmo precisou fazer socorro no sertão, como o Sr. Gislei Leonardo Dacal estava a disposição na garagem o diretor pediu para que ele fizesse a linha com a Kombi placa ASR1448, quando estava levando os alunos sentido bairro pesqueiro, na estrada rural do município alfa da serrainha por volta das 17h, o motorista sentiu um cheiro de queimado que de imediato verificou fumaça saindo do motor. Parou o veículo e sem seguida abrindo as portas para as crianças desembarcarem e ficaram em um local longe da kombi; Abrindo a tampa traseira do motor verificou o foco do incêndio de lado esquerdo do motor, acima do motor de partida, o fogo estava no foleto de combustível correndo pelas mangueiras que levam gasolina para o motor, usando o extintor de incêndio que não foi suficiente para conter o fogo que já havia se alastrado, por volta das 17h 15 com a kombi já tomada pelas chamas conseguiu falar com o diretor Cristiam que mandou uma kombi reserva para entregar os alunos. Pouco antes da kombi reserva chegar o Diretor chegou ao local para dar apoio em seguida embarcou os alunos na kombi reserva para seguirem viagem, sendo acionado o corpo de bombeiros que foram prontamente até o local para conter as chamas. O guincho também foi acionado para a remoção dos restos da kombi já no início da noite.

As imagens de fls. 11/15 qual apresenta o estado em que ficou a kombi, decorrido aos fatos o estado em que ficou o veículo incendiado.

Constata-se das fls. 21, a existência do Patrimônio Móvel, a existência do seguro contra terceiro da Gente Seguradora, sem informações se este foi acionado ou não.

Desta feita, a Comissão Processante realizou a oitiva dos depoimentos das pessoas que estava no momento do sinistro, assim degradado:

[...]

As provas documentais lançadas nos autos que deram início ao processo, somadas aos testemunhos, contemplam o conjunto probatório que relatam como foi a ocorrência no dia 29/04/2024 com o veículo Kombi Placas ASR-1448 conduzido pelo servidor Gislei Leonardo Dacal que realizava o transporte dos alunos na linha do pesqueiro naquele dia dos fatos.

Nas informações prestadas, o veículo naquele dia passou por uma revisão elétrica pela manô onde realizou-se a troca do motor de arranque e a bateria, mas em momento algum se constatou nos autos qualquer tipo de pericia técnica na kombi que pudesse evidenciar qual o motivo que levou o veículo ao incêndio.

Desta feita, os depoimentos confirmam o sinistro em decorrência do resultado incêndio, que aconteceu quando o motorista transportava os alunos da linha do bairro Pesqueiro, atento ao volante e dirigia o veículo com a devida atenção na velocidade permitida, que sem motivo algum depouru com fumaça na kombi sendo observada inicialmente por um aluno que imediatamente avisou o motorista.

A ocorrência do sinistro foi por volta das 17:00h nas proximidades da serrainha do bairro Pesqueiro que seguido do cheiro da fumaça imediatamente parou a kombi e imediatamente fez a retirada de todos os alunos do veículo colocando-os em segurança; Retornou até a Kombi na tentativa de abafar o fogo com o extintor, mas devido a aproximação rápida do fogo, observou de imediato as chamas na mangueira de gasolina que em segundos tomou a kombi por inteiro, não havendo nesse momento, mas o que fazer para tentar reduzir o fogo, fez o que obteve ao seu alcance.

Ficou convincente as provas de que o motorista não deu causa ao acidente, tendo ocorrido em virtude de possíveis panes de mecânica ou elétrica, sem evidências consumadas, visto que o motorista apenas agiu com rapidez e o cuidado com os alunos, que não sofreram qualquer tipo de lesão.

Longo em seguida comunicou ao Diretor do Transporte o acontecido que imediatamente já enviou outro veículo para socorrer o transporte dos alunos que aconteceu a contento.

Plenas circunstâncias que se levantou, tratou-se de um fato isolado com ocorrências imediatas, por força maior, que resultou no sinistro do veículo; não constatado de evidências de práticas disciplinares do servidor visto que dirigia com prudência o veículo desde a saída da cidade sempre na velocidade permitida.

Após as oitivas, a Comissão Processante entendeu pela não indicação do servidor, haja visto não existir a participação ou ter ocasionado por culpa ou dolo o sinistro no veículo.

Importante frisar, que o motorista estava em serviço, e dos fatos não apresentam nenhuma figuração efetiva para validar qualquer ato ilícito praticado pelo servidor no sinistro, investido de elementos que possa haver como motivação de produção de provas que possam contribuir como característica a dar causa pelo servidor.

Por conseguinte, as provas e relatos alegam que o motorista não deu causa ao acidente, afirmando pela sua prudência, efetivamente não era o motorista do transporte escolar que apenas cumpriu com uma ordem para dar o devido apoio a administração na ausência do motorista.

Apresenta os autos que o motorista trafegava na velocidade permitida agiu com cautela que comportaria naquela situação realizando com sucesso a segurança das crianças que era o bem maior.

Sem que efetive a ocorrência como causado por culpa ou dolo do motorista a dar causa ao acidente, neste sentido, o servidor é desobrigado do pagamento dos prejuízos que causaram no automóvel, ou, de forma subsidiária, justificando a desobrigação do pagamento aos prejuízos como imposição de ressarcimento ao erário.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual junto improcedente a presente sindicância, remido pela absolvição do servidor Gislei Leonardo Dacal, do fato ocorrido, para qualquer efeito.

A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiava, 11 de AGOSTO de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
PREFEITO

JULGAMENTO

Protocolo Geral nº 9.167/2024.

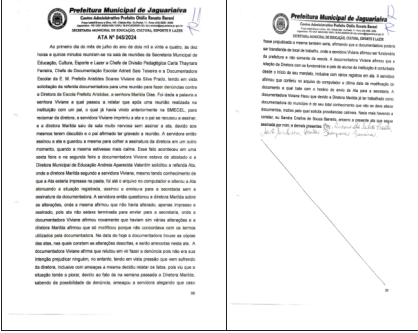
Sindicância: Fatos ocorridos na Escola Municipal Aristides Soares – fatos descritos da Ata 045/2024.

I. Relato.

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de presente sindicância, instaurado pelo decreto nº 957/2024, pelos fatos informados no protocolo geral 9.167/2024 do ofício 878/2024–SMECEL decorrido ao registro da Ata 045/2024, as fls. 11/12 do processo em contexto:

Constata-se dos autos do processo administrativo disciplinar que, em decorrência os fatos registrados no protocolo geral nº 08710/2024, em destaque as fls.10



Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 017/2025, para apurar os fatos.

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Pronuncia-se por concluir a análise pelo conjunto da instrução probatória e documentos juntados nos autos, concordando com o relatório final apresentado (fls.88/93) pela Comissão Processante, que finalizou os trabalhos concluindo mediante as evidências da falta disciplinar cometido pela investigada.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva das testemunhas; encerrando a fase introdutória, a Comissão Disciplinar, concluiu por indicar a servidora pelas circunstâncias do descumprimento funcional como servidora, com provas acostadas aos autos.

Narram os fatos que a indiciada, na função de diretora da Escola Aristides Soares, apresentou os fatos com indícios suficientes de inflação disciplinar quando de sua atitude por submeteu-se ao acesso ao equipamento do computador da servidora documentadora da Escola Aristides Soares para realizar atividades de inflação disciplinar; Que naquele dia a servidora não encontrava-se trabalhando, motivos que facilitou a diretora a ter o acesso ao equipamento de uso da documentadora para obter o arquivo armazenado da ata da reunião qual aconteceu na presença dela e pai de aluno, cujos fatos o acontecido foi o registro em ata pelo motivo do pai ter procurado pela Escola para conversar com a Diretora que não lhe atendeu por meio de chamada telefônica. O pai se locomoveu até o local da escola para conversar com a diretora e que por meios da sua insatisfação dos tratos da diretora gerou ataques de discussões entre ambos, fez com que o pai impetuosu pelo atendimento da diretora saísse do local muito bravo com a promessa de realizar uma denúncia contra a diretora na Secretaria da Educação, cujo ato consumado o pai se fez presente na Direção da Secretaria de Educação para realizar a reclamação da escola; Nesse patamar a Diretora da Educação solicitou da escola a ata registrada para poder integrar do assunto que estava acontecendo; em contato com a escola para a solicitação do documento, foi quando a diretora providenciou as alterações na ata da reunião para ser encaminhada a diretora.

Com a ausência da documentadora que não trabalhava naquele dia, a diretora obteve o acesso do seu equipamento com o intuito da obtenção do arquivo da ata realizada pela documentadora para realizar alterações na redação da ata que já havia sido finalizada no final da conversa da reunião que na sequência por ter concordado com o posicionamento da redação realizada pela documentadora na ata, fez as alterações que achou necessário, imprimiu novo documento assinou e encaminhou a Diretora da Secretaria de Educação; situações que não foram de forma alguma consultada pela documentadora que já havia encerrado o documento, assinado e arquivado em pasta própria. Portanto, a função trata-se de atributos da servidora documentadora a sua responsabilidade e zelo pelos arquivos e documentos registrados pela escola.

Em momento posterior a documentadora obteve o conhecimento de a Diretora ter encaminhado a ata da reunião para a Secretaria de Educação, com alterações e sem a sua assinatura, motivos que levou ela a questionar a Diretora pelo acontecido; Tratam-se de confirmações realizadas pela própria diretora da escola em ter realizado as alteração que não concordava com os termos que foram utilizados pela documentadora, assim como não tinha ainda assinado a ata, realizou as correções que achou por melhor.

Conicionados aos registros presentes a Comissão Processante realizou a oitiva dos depoimentos das pessoas que obtiveram o conhecimento dos fatos, assim em destaque:

[...]

II. Fundamento.

Diante das exposições, tecemos as considerações para o deslinde da causa, colocando em destaque conforme levantado pelo Relatório Final da Comissão Processante, a existência da falta disciplinar da indiciada que é extremamente demonstrada pela atitude realizada por conta e risco com alterações de documentos oficial da escola, ou seja, a ata da reunião registrada da conversa entre a própria Diretora e o pai da aluna, havendo entre eles desentendimentos com discussões entre ambos, motivos que levaram ao desconforto entre ambos que participavam daquela reunião, destacando que houve um dissabor por tratar da insatisfação da atenção da diretora com o pai; pela própria indignação, aconteceu a recusa do pai em assinar a referida ata da reunião no encerramento da conversa e sua saída; No seu desconforto apenas comunicou a diretora que havia gravado a conversa obtida com a diretora e que levaria a gravação para a Secretaria de Educação com a finalidade de realizar uma denúncia contra a Diretora pelo seu desinteresse e desatenção proporcionada naquele dia ao pai.

Decorrida a situação, o pai foi até a Secretaria Municipal de Educação motivos que levou a Diretora da Educação com intuito de colocar-se a par do assunto pediu a ata da reunião da conversa entre a diretora e o pai, foi quando imediatamente encaminhou a Secretaria de Educação com alterações.

Nota-se em decorrência dos fatos, apresenta-se que a documentadora finalizou a ata e ofereceu para o pai assinar, foi quando houve a negativa de sua assinatura, apenas informou que bastaria a ele as imagens da gravação de sua conversa com a Diretora, tendo dito que essa gravação seria encaminhada para a denúncia na Secretaria, devido ao nervosismo da diretora com certas atitudes e discussões na conversa com o pai, também no momento do ato deixou de assinar a ata, que representava o registro da reunião naquele momento, atos que foram concluídos pela documentadora que organizava o registro das conversas naquele momento, conduzido pela sua função realizou o encerramento da reunião, registrou e assinou a ata para o seu arquivamento,

Vejamos que a ata de reunião aconteceu no momento da reunião é um documento oficial, onde registrava tudo o que aconteceu naquela ocasião, com a precaução de evitar assinalações de registros que pudessem formar dúvidas do ocorrido, com a intenção de problemas futuros, atribuindo como medidas de poder posteriormente consultá-la as próprias dúvidas.

No entanto é convincente que a diretora da escola motivou a sua vontade própria de modificar a ata por conta e risco, confirmada por si que não havia concordado com o posicionamento da redação apresentada, bem como alegando que havia omissões relevantes nos registros, fatos que levaram ela a acessar o computador da documentadora que não estava no momento, casualmente realizando a modificação da redação, assinado o documento e encaminhado à Secretaria de Educação, sem ter havido qualquer comunicado a documentadora ou sua assinatura.

Pois bem, evidencia-se que o fluxo formal previsto a ser cumprido não se realizou a contento no momento oportuno, pois tratava-se de uma reunião entre a própria diretora e pai de aluno, a Diretora sendo conhecedora da sua atuação e dever deixou de realizar a assinatura da ata no final da reunião, conforme apresentado no Registro da Ata nº45/2024 que registrou **Logo após a reunião na instituição com o pai, a servidora Viviane imprimiu a ata e o pai recusou a assinar, e a diretora Marilda saiu da sala muito nervosa se assinar a ata, devido os mesmos terem discutidos e o pai afirmado ter gravado a reunião.**

A Diretora obtinha o conhecimento das circunstâncias do risco que levou agir no ato, porém a reunião foi realizada com o pai e sua pessoa e sobre o conhecimento e registro da ata formulada pela documentadora, portanto havia um ato registrado, por conta e risco fez alterar o documento oficial da reunião e encaminhar a Secretaria de Educação sem o conhecimento da documentadora qual tem a competência da função de zelar pelos documentos da escola.

A forma vista da alteração documental da escola, pode acarretar consequências de indisciplinas e imoralidade administrativas, nota-se que o fato de alterar atos ou seja corrigir, não é proibido pelos partícipes desde que atendam as legalidades e cautelas administrativas, desde que existam a devida concordância dos envolvidos em comum acordo para só assim tratar de correções posteriores, situações que não se apresentou ao ato da indiciada, que agiu por conta própria com o intuito de defender o objetivo de fato somente ter garantido a integridade e fidelidade das informações da reunião realizando zozinha as alterações que achou por melhor.

Portanto não se consuma convencimento das alegações de defesa a falta do acesso ao documento para assinar; a tentativa de responsabilizar a documentadora como base do Regimento Escolar o não encaminhamento a direção em tempo hábil, todos os documentos para ser assinado; a alegação da falta da oportunidade em ter assinado o documento oportuno; motivando a aplicação de falta disciplinar para documentadora como indisciplinar por não ter encaminhado o documento para sua consulta, correção e assinatura.

É incontroversa a tentativa de defesa da indiciada em responsabilizar a documentadora como sendo responsável pela falta do encaminhamento da ata para a sua assinatura, porém a diretora da escola se fez presente na reunião com o ato do registro da ata e deixou de assinar a no momento oportuno; a prerrogativa desencadeada não é uma aptidão a ser dirigida como responsabilidade da documentadora e sim atribuída como a falta própria da pessoa que estava presente no ato e deixou de cumprir com a função de assinar o documento. Não se trata aqui da dificuldade do acesso ao documento para ser assinado e a responsabilidade própria da vontade livre e consciente de ter deixado de fazer correções e assinar o documento na finalização da reunião.

Portanto a invasão ao documento e sua alteração irregular, ocorreu por vontade própria da indiciada, conscientemente e por conta e risco que como Diretora da Escola tem o conhecimento e a responsabilidade no dever moral de zelo pela instituição, principalmente no cumprimento legal das atribuições inerentes da administração escolar, portanto, a inflação de corromper uma ata de reunião, enquadrar-se como indisciplina funcional do servidor na Lei Municipal 215/2010, como expressão definição de que servidor tem os deveres e atribuições a serem cumpridos com zelo e dedicação ao cargo que exerce.

A Comissão Processante, consiste em pontuar que a conduta praticada pela indiciada, em análise ao Estatuto dos servidores públicos de Jaguaraiava – lei municipal nº 2.155/2010 – prevê expressamente a definição dos deveres de cada servidor, no que tange as suas responsabilidades de modo que cada servidor tem seus deveres e atribuições a serem cumpridos com zelo e dedicação a seu cargo e a servidora foi indiciada, havendo a atribuição da comissão pela existência das provas suficientes que possam enquadrar a servidora na Lei Municipal 2155/2010.

Portanto, sou pelo juízo do convencimento em acato ao Relatório Final da Comissão, em seguir sua linha de convicção, para além da dúvida sobre a autoria dos fatos, impondo o mesmo entendimento de que houve a imprecisão no desempenho das atribuições da servidora administrativa, que comprovadamente agiu com conduta imoral quando provocou alterações em documentação escolar, tipificando o enquadramento da servidora no artigo 121. São deveres do servidor; ix manter conduta compatível com a moralidade, nas penalidades da previsão do artigo 132 da Lei Municipal 2155/2010.

III. JULGAMENTO.

Portanto, acolhermos os argumentos ultimados pela Comissão Processante, valendo-se da íntegra dos seus fundamentos para parâmetros do julgamento final, formadores do relatório final da comissão processante, pontuado pela existência das provas quanto as argumentações da denúncia imposta em desfavor da servidora investigada.

Diante das circunstâncias comprovadas:

1. **ACATO** o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com fundamento no art.172 da Lei nº2155/10;

2. **APROVO** o Parecer Jurídico, parte integrante desta decisão, que opina pela aplicação da pena de suspensão da servidora com base no artigo 132, inciso II do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

3. **APRECIO** procedente a presente sindicância na sua íntegra, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatando as circunstâncias apontadas pelas provas da autoria dos fatos de que efetivamente a servidora descumpriu com o dever funcional.

4. **JULGO**, pela aplicação da **SUSPENSÃO** de 3(três) dias para a servidora **MARILDA DIAS**, servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo, matrícula nº 4945, para todos os efeitos.

5. **DETERMINO**, a vista do presente julgamento, os registros ao assentamento funcional da servidora, e que seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiava, 07 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
PREFEITO



## SEFIP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da reforma da Unidade Básica de Saúde Dr. Américo Faustino de Carvalho.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h00min do dia 18 de agosto de 2025, às 08h30min do dia 04 de setembro de 2025.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h31min às 08h59min do dia 04 de setembro de 2025.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09h00min do dia 04 de setembro de 2025

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <http://bllcompras.com> Portal da Transparência do Município: [https://transparencia.betha.cloud/#/H5C-RxIRuTWXzQsU63HQ?e=consulta/185869/detalhe/701419:2025\\_139\\_419](https://transparencia.betha.cloud/#/H5C-RxIRuTWXzQsU63HQ?e=consulta/185869/detalhe/701419:2025_139_419)

Maiores Informações: e-mail [comprasjag@gmail.com](mailto:comprasjag@gmail.com). Jaguaraiá, 15 de agosto de 2025

**JOSÉ SLOBODA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em engenharia para fornecimento e instalação de dois reservatórios metálicos cilíndricos, com volume útil de 1.200 m³ cada, incluindo fabricação, transporte, montagem, pintura anticorrosiva interna e externa, realização de teste de estanqueidade e execução da fundação em estacas tipo hélice contínua com base em radier de concreto armado...

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 13h30min do dia 18 de agosto de 2025, às 13h30min do dia 02 de setembro de 2025.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 13h31min às 13h59 do dia 02 de setembro de 2025.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 14h00min do dia 02 de setembro de 2025.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <http://bllcompras.com/> ou através do link <http://portal.jaguaraiá.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>. Maiores Informações: e-mail [comprasjag@gmail.com](mailto:comprasjag@gmail.com). Jaguaraiá, 14 de agosto de 2025.

**JOSÉ SLOBODA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ - PR**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 51/2025**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, para integrar cadastro de prestadores de serviços especializados na área médica em caráter complementar, para atender a demanda do Hospital Carolina Lupion e da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir das 08h00min do dia 18 de agosto de 2025.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O edital completo poderá ser examinado através do e-mail [feiraverde2@gmail.com](mailto:feiraverde2@gmail.com) <https://portal.jaguaraiá.pr.gov.br/transparenciav2/licitacoes/>. Maiores Informações: e-mail [comprasjag@gmail.com](mailto:comprasjag@gmail.com). Jaguaraiá, 07 de fevereiro de 2025.

**PATRICIA DE SOUZA SETTER**  
**Agente de Contratação**  
**Decreto nº 858/2025**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**AVISO DE REVOGAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025**

O Município de Jaguaraiá, através de seu Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento de todos, que a licitação supracitada, cujo objeto Contratação de estrutura, companhia de rodeio, parque de diversões, praça de alimentação, segurança e demais itens necessários para a realização do evento "I EXPOJAGUAR", em comemoração à elevação da cidade de Jaguaraiá a categoria de freguesia, fica através do presente ato **REVOGADA** por motivo de conveniência e oportunidade, com fulcro no artigo 71, inciso II da Lei Nº 14.133/2021.

Jaguaraiá, 15 de agosto de 2025.

**José Sloboda**  
**Prefeito Municipal**

**EXTRATO DE CONTRATAÇÃO**  
**CONTRATO DE FORNECIMENTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 95/2025**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2025**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA VOLTADA AOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ALUSIVO A SEMANA PEDAGÓGICA EMPRESA FATUM EDUCAÇÃO LTDA

**DATA DO CONTRATO:** 12/06/2025 | **VIGÊNCIA:** 180 DIAS

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2025**  
**CONTRATADA:** FATUM EDUCAÇÃO LTDA  
**CNPJ:** 29.773.619/0001-10 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 7.866,00

**EXTRATO DE CONTRATAÇÃO**  
**CONTRATO DE FORNECIMENTO**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2025**

**OBJETO:** CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA COMPOR O CARDAPIO DA MERENDA ESCOLAR.

**DATA DO CONTRATO:** 04/07/2025 | **VIGÊNCIA:** 12 MESES

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 149/2025**  
**CONTRATADA:** ALESSANDRO RODRIGO DA COSTA  
**CPF:** 048.937.259-71 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.889,30

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 150/2025**  
**CONTRATADA:** ANA AP. FERREIRA DE MIRA  
**CPF:** 024.868.249-01 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 10.665,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 151/2025**  
**CONTRATADA:** ANTONIO AFONSO SCHOLZE  
**CPF:** 565.706.009-15 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 30.824,40

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 152/2025**  
**CONTRATADA:** DIANE IZIDORO MELO  
**CPF:** 057.264.469-84 | **VALOR CONTRAUAL:** R\$ 17.032,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 153/2025**  
**CONTRATADA:** DIOGO RODRIGO DE CAMPOS  
**CPF:** 094.569.999-98 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 25.956,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 154/2025**  
**CONTRATADA:** EDISON CARDOSO  
**CPF:** 182.275.188-85 | **VALOR CONTRAUAL:** R\$ 39.677,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 155/2025**  
**CONTRATADA:** ELIOIR ANTONIO RODRIGUES DE CAMPOS  
**CPF:** 059.057.309-89 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 38.934,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 156/2025**  
**CONTRATADA:** EMÍDIO ALVES DA LUZ  
**CPF:** 340.260.379-61 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 9.399,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 157/2025**  
**CONTRATADA:** STEFANI B DE CAMPOS SILVA  
**CPF:** 121.213.199-13 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 9.272,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 158/2025**  
**CONTRATADA:** FÁBIO LUCAS DE ALMEIDA  
**CPF:** 137.660.599-63 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 36.428,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 159/2025**  
**CONTRATADA:** GERÔNIMO BRIK FILHO  
**CPF:** 079.577.119-36 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 9.547,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 160/2025**  
**CONTRATADA:** IVETE BUTURE GONÇALVES  
**CPF:** 018.609.439-69 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 21.430,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 161/2025**  
**CONTRATADA:** IVO DOS SANTOS  
**CPF:** 465.118.819-20 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.987,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 162/2025**  
**CONTRATADA:** IZAIAS MOREIRA  
**CPF:** 287.626.149-91 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 20.735,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 163/2025**  
**CONTRATADA:** IZAU ENOI CANAVARRO  
**CPF:** 427.036.389-49 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 38.712,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 164/2025**  
**CONTRATADA:** JAIME MARTINS DE SOUZA  
**CPF:** 739.005.329-15 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 14.640,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 165/2025**  
**CONTRATADA:** JANISLEÍIA PINHEIRO DA LUZ  
**CPF:** 063.253.109-69 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 10.905,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 166/2025**  
**CONTRATADA:** JOSÉ CARLOS VIDAL FILHO  
**CPF:** 059.404.539-88 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 22.990,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 167/2025**  
**CONTRATADA:** JOSÉ LUIZ RUBIN  
**CPF:** 348.082.158-88 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 5.535,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 168/2025**  
**CONTRATADA:** JOSÉ SILVANO SEGALA  
**CPF:** 198.188.968-07 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.943,50

**CONTRATAO DE FORNECIMENTO Nº 169/2025**  
**CONTRATADA:** LEONARDO MATEUS KONAGESKI  
**CPF:** 082.951.859-26 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 21.943,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 170/2025**  
**CONTRATADA:** LILIAN RUFUNO ZIEMER  
**CPF:** 019.000.331-60 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 32.690,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 171/2025**  
**CONTRATADA:** LEONARDO FLUGEL  
**CPF:** 101.498.629-03 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 16.130,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 172/2025**  
**CONTRATADA:** LUANA CAROLINE DOS SANTOS MARTINS  
**CPF:** 072.393.889-05 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 13.101,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 173/2025**  
**CONTRATADA:** LUANA TEREZINHA DE SALES  
**CPF:** 121.459.819-69 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 23.450,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 174/2025**  
**CONTRATADA:** LUCIANA APARECIDA DA SILVA  
**CPF:** 034.843.119-83 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 37.417,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 175/2025**  
**CONTRATADA:** LUIZ CARLOS GIRO  
**CPF:** 368.046.739-72 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.670,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 176/2025**  
**CONTRATADA:** LUIZ CARLOS LEITE  
**CPF:** 605.963.339-00 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 9.372,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 177/2025**  
**CONTRATADA:** MARCELO BARBOSA GONÇALVES  
**CPF:** 111.507.089-48 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 6.299,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 178/2025**  
**CONTRATADA:** MARCELO PONDE  
**CPF:** 088.413.769-45 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.275,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 179/2025**  
**CONTRATADA:** MARCORELIO LUIZ OTTO  
**CPF:** 365.867.589-15 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 20.668,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 180/2025**  
**CONTRATADA:** MARIA DO CARMO F. DE LIMA SANTOS  
**CPF:** 624.081.199-87 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.937,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 181/2025**  
**CONTRATADA:** MARILZA AP. DA SILVA SANTOS  
**CPF:** 964.958.639-34 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 20.445,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 182 /2025**  
**CONTRATADA:** MARISTELA ZIEMER DA CRUZ  
**CPF:** 560.955.899-91 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 19.043,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 183/2025**  
**CONTRATADA:** MAURO PRESTES  
**CPF:** 722.743.449-49 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 7.101,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 184/2025**  
**CONTRATADA:** NELSON DONIZETE GONÇALVES  
**CPF:** 434.957.969-91 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.799,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 185/2025**  
**CONTRATADA:** ORLANDO ALVES DA LUZ  
**CPF:** 587.922.369-87 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 7.663,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 186/2025**  
**CONTRATADA:** OSNI CARNEIRO  
**CPF:** 046.220.239-97 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 32.260,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 187/2025**  
**CONTRATADA:** OSÓRIO PINTO MENDES NETO  
**CPF:** 441.506.879-00 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 30.400,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 188/2025**  
**CONTRATADA:** RAFAEL GUILHERME CORASSA  
**CPF:** 079.055.759-26 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 22.478,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 189/2025**  
**CONTRATADA:** ROGÉRIO RODRIGUES DOS SANTOS  
**CPF:** 080.293.479-01 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 32.073,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 190/2025**  
**CONTRATADA:** RONEI JOSÉ MICHALOSKI  
**CPF:** 044.404.599-60 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 31.149,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 191/2025**  
**CONTRATADA:** RONY PETERSON DE OLIVEIRA  
**CPF:** 046.095159-97 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 38.934,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 192/2025**  
**CONTRATADA:** ROSI AP. LEITE DE MATTOS  
**CPF:** 057.324.889-36 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 10.170,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 193/2025**  
**CONTRATADA:** SIRLENE CIRSA INACIO BARRETO  
**CPF:** 046.524.129-83 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 6.240,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 194/2025**  
**CONTRATADA:** THIAGO VAUROF DOS SANTOS  
**CPF:** 087.937.469-11 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.987,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 195/2025**  
**CONTRATADA:** VALDECIR CONDE  
**CPF:** 028.375.729-93 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.934,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 196/2025**  
**CONTRATADA:** VANESSA OLIVEIRA MARTINS  
**CPF:** 111.799.799-58 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 15.780,50

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 197/2025**  
**CONTRATADA:** VÂNIA APARECIDA DOS SANTOS  
**CPF:** 074.994.079-42 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 39.992,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 198/2025**  
**CONTRATADA:** WILLIAM ABRÃO FITZ  
**CPF:** 042.680.419-82 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 8.525,00

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 199/2025**  
**CONTRATADA:** ZEILA GONÇALVES  
**CPF:** 410.887.199-53 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 25.082,00

**EXTRATO DE CONTRATAÇÃO**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2025**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 22/202**

**OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DE FORMA CONTÍNUA, NOS SERVIÇOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, MECÂNICA EM GERAL, SERVIÇOS ELÉTRICOS, FUNILARIA E PINTURA, SOLDA, TORNO E FRESA, BORRACHARIA, ESTOFAGEM E TAPEÇARIA, MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO ORIGINAIS, GENUÍNAS OU ALTERNATIVAS, DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E TRATORES PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL.

**DATA DO CONTRATO:** 09/06/2025 | **VIGÊNCIA:** 60 MESES

**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 113/2025**  
**CREDENCIADA:** GILMAR DE MOURA JORGE  
**CNPJ:** 81.449.753/0001-80



CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 114/2025  
CREDENCIADA: J M FURLAN & FURLAN  
CNPJ: 03.708.608/0001-63

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 115/2025  
CREDENCIADA: AMÉRICA WOOD COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS  
CNPJ: 45.600.671/0001-21

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 116/2025  
CREDENCIADA: MORSKI & POLISZCZUK  
CNPJ: 28.011.037/0001-34

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 117/2025  
CREDENCIADA: MARCO ANTONIO WASKIEWICZ  
CNPJ: 32.993.049/0001-89



SEMEC

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025  
MOTORISTA CATEGORIA D – TRANSPORTE ESCOLAR

A Prefeitura Municipal de Jaguariá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu art. 69, IX; Lei Municipal nº. 2.752/2018 em seu art. 2º, IX, “a”; Art. 37, IX da Constituição Federal; Art. 27, IX da Constituição do Estado do Paraná,

RESOLVE

Tornar público o presente Edital, que estabele instruções destinadas à realização de Teste Seletivo para provimento temporário de cargo público de Motoristas categoria “D”, para atuar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Departamento de Transporte Escolar, por prazo determinado, para suprir vagas e constituindo a regulamentação deste processo, o presente edital.

O Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 está sob a responsabilidade da Comissão Técnica regularmente instituída através do Decreto Municipal nº 1003/2025, submetendo-se à legislação vigente e às instruções especiais contidas neste edital e demais atos complementares.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Teste Seletivo, de excepcional interesse público, com fundamento no Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal, é destinado a selecionar servidores para atender ao suprimento temporário de vagas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Jaguariá – PR.

1.2 As vagas disponibilizadas neste Edital possuem caráter transitório, constituindo-se na vacância de funções em decorrência de afastamento temporário de profissionais.

1.3 A abertura do presente certame tem por finalidade selecionar profissional Motorista – Categoria “D” para atuar no transporte escolar de alunos especificamente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Jaguariá – PR.

1.4 O Teste Seletivo consistirá em avaliação por meio de prova objetiva de caráter eliminatório e prova avaliativa de títulos de caráter classificatório, adequada ao cargo objeto deste processo.

1.5 Antes de se inscrever neste Teste Seletivo, o candidato deverá observar as instruções prescritas deste Edital e certificar-se de que preenche, ou preencherá, até a data da convocação, todos os requisitos exigidos para a contratação.

1.6 A realização da inscrição pelo candidato implicará o conhecimento das instruções e na aceitação das condições do Teste Seletivo estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como, em eventuais avisos, retificações e instruções específicas para a realização do certame, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

1.7 A participação dos candidatos no Teste Seletivo não implica obrigatoriedade de contratação, ocorrendo a convocação e contratação dentro das vagas estipuladas no presente edital.

1.8 Fica reservado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação final e no prazo de validade deste Edital.

1.9 É de inteira responsabilidade do Candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este Teste Seletivo por meio do endereço eletrônico <https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/>.

1.10 Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial da cidade de Brasília – DF.

2. CRONOGRAMA

2.1, Este Processo Seletivo será composto das seguintes fases:

FASES	PERÍODO	LOCAL
Realização das inscrições	Das 17:30hrs do dia 15/08/2025 até as 23:59hrs do dia 19/08/2025, exclusivamente via online através de preenchimento de formulário disponível no site da Prefeitura Municipal de Jaguariá - PR	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/">https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/</a>
Publicação da homologação provisória das inscrições.	Dia 20/08/2025 após as 17:00hrs	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/">https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/</a> (Diário Oficial do Município)
Interposição de Recursos quanto a homologação das inscrições	Das 08:00hrs às 11:30hrs do dia 21/08/2025 e das 13:30hrs até as 17:00hrs do dia 22/08/2025	Exclusivamente no setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Jaguariá – PR, sito à Praça Isabel Branco, nº. 142 – Cidade Alta, Jaguariá - PR
Publicação da homologação definitiva das inscrições	Dia 25/08/2025 após as 17:00hrs	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/">https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/</a> (Diário Oficial do Município)
Data de realização da prova objetiva e apresentação dos documentos comprobatórios dos títulos	Dia 31/08/2025 das 09:00hrs às 12:00hrs, com fechamento dos portões de acesso ao prédio às 08:30hrs	Escola Municipal Walquíria Carneiro Xavier da Silva, sito à Rua Florêncio Delgado, nº S/N. – Bairro Vila Fonseca, da Cidade de Jaguariá – PR
Divulgação do gabarito das provas	Dia 01/09/2025 após as 17:00hrs	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/">https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/</a> (Diário Oficial do Município)
Publicação do resultado final	Dia 01/09/2025 após as 17:00hrs	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/">https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/</a> (Diário Oficial do Município)
Interposição de recursos quanto ao resultado final	Das 08:00hrs às 11:30hrs e das 13:30hrs às 17:00hrs do dia 02/09/2025	Exclusivamente no setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Jaguariá – PR, sito à Praça Isabel Branco, nº. 142 – Cidade Alta, Jaguariá - PR
Publicação da homologação do resultado final	Dia 03/09/2025 após as 17:00hrs	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/">https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/</a> (Diário Oficial do Município)
Publicação de edital de convocação para contratação	Dia 05/09/2025 após as 17:00hrs	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/">https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/</a> (Diário Oficial do Município)

3. CARGO, REQUISITOS E ATRIBU

3.1. Motorista Categoria “D”

Cargo	Motorista Categoria “D”
Carga horária	40 (quarenta) horas semanais
Local de atuação	Bairros Bonsucesso, Lanças e Cadeado
Requisito de locomoção	Considerando que o município não fornecerá transporte para o deslocamento até os locais de trabalho situados na zona rural, e que tais locais podem ser de difícil acesso por transporte público, é exigido que o candidato possua meio próprio de locomoção. O deslocamento até o local de início das atividades será de responsabilidade exclusiva do candidato, não sendo oferecido auxílio transporte ou veículo oficial para essa finalidade.
Número de vagas	3 (três)
Tempo de contratação	1 (um) ano prorrogável por igual período, nos termos do art. 29, XI da Constituição do Estado do Paraná
Vencimento	R\$ 2.825,26 (Dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e seis centavos) acrescido de horas extras, quando for o caso, e vale alimentação
Requisito de escolaridade	Ensino Fundamental Completo mediante demonstração de Certificado emitido por Instituição de Ensino reconhecida
Taxa de Inscrição	GRATUITA
Provas	10 (dez) questões objetivas de múltipla escolha de caráter eliminatório com acerto mínimo de 50% (cinquenta por cento) das questões e prova de títulos de caráter classificatório, sendo experiência profissional comprovada de no mínimo 2 (dois) anos completos de prestação de serviços ao poder público com valor de 2 (dois) pontos limitado à apresentação de no máximo 1 (um) comprovante; curso de transporte escolar vigente com valor de 3 (três) pontos limitado à apresentação de no máximo 1 (um) comprovante; experiência profissional comprovada de no mínimo 5 (cinco) anos em transporte escolar ou coletivo com valor de 5 (cinco) pontos limitado à apresentação de no máximo 1 (um) comprovante
ATRIBUIÇÃO SUMÁRIA	Atividades de execução de natureza qualificada, relativas a trabalhos de direção e conservação de veículos motorizados de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, de natureza pesada.
ATRIBUIÇÃO DETALHADA	Dirigir, devidamente credenciado, veículos do transporte escolar de natureza pesada, utilizados no transporte de alunos da rede municipal e estadual de ensino na área rural do município; conservar o veículo sob sua responsabilidade em perfeito estado e satisfatórias condições de funcionamento; preencher diário de bordo, fazer “checklist” do veículo antes do início da atividade; comunicar a ocorrência de fatos e avarias relacionados com o veículo sob sua responsabilidade ao superior imediato; manter o veículo convenientemente abastecido; respeitar as ordens de serviço recebidas e as regras de trânsito; submeter-se a exame psicotécnico quando solicitado, bem como a exames periódicos; cumprir regulamento interno; realizar a conservação e limpeza dos veículos; participar de programas de treinamento e atualizações referente ao transporte de alunos quando solicitado; manter atualização e revalidação periódica com recursos próprios da CNH, Curso de Transporte Escolar e Curso de Transporte Coletivo de Passageiros; executar pequenos reparos de emergência no veículo quando necessário, sob sua responsabilidade; recolher o veículo a garagem, quando concluído o serviço; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

4. INSCRIÇÕES

4.1. Os interessados deverão se inscrever das 17:30hrs do dia 15/08/2025 até as 23:59hrs do dia 19/08/2025, exclusivamente via online através de preenchimento de formulário disponível no site da Prefeitura Municipal de Jaguariá – PR

(<https://www.jaguariaiva.pr.gov.br/>);

4.2. Serão indeferidas as inscrições:

- a) informações incompletas relativas à documentação;
- b) de ex-servidores demitidos por justa causa ou exoneração a ben do serviço público, por qualquer órgão da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer um dos Poderes e esferas;

4.3. A falsificação de declarações de dados e/ou outras irregularidades na documentação verificada em qualquer etapa do presente processo, implicará na eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais;

4.4. Caso a irregularidade seja constatada após a admissão do candidato, o mesmo será desligado do serviço público por ventura desempenho.

5. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD

5.1. Ficar reservado à pessoa com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das contratações que venham a surgir durante a vigência deste Processo Seletivo, conforme Decreto Federal nº. 3.298/1999.

5.2. Para a contratação é necessário que as atribuições da função sejam compatíveis com a sua deficiência e que detenha a municipalidade equipamento próprio para atendimento da referida demanda;

5.3. Quando a aplicação do percentual resultar em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, respeitando o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no certame;

5.4. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas conforme Lei Federal nº. 12.146, de 8 de julho de 2015, e Lei Estaduais nº. 15.945, de 18 de novembro de 2011, e nº. 17.419, de 7 de janeiro de 2015;

5.5. Para fazer jus a reserva de vagas de que trata o item 5.1, o candidato deverá assinar no ato da inscrição, a opção Pessoa com Deficiência (PCD);

5.6. O candidato inscrito como pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital;

5.7. Os candidatos PCD que necessitem de algum atendimento especial para a realização das provas, deverão solicitá-lo no momento da inscrição, informando a sua necessidade e especificando o tipo de atendimento, os instrumentos a serem disponibilizados e as configurações do caderno de provas, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

5.8. No ato da inscrição, o candidato com deficiência declara que está ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, e alegar incompatibilidade com as funções, ficará sujeito ao encerramento do contrato, após processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e ampla defesa.

5.9. O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá apresentar, às suas expensas, laudo médico original emitido até nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia do período de inscrição, por especialista da área, atestando a deficiência e a compatibilidade com as atribuições do cargo pretendido, no qual deverá constar de forma expressa:

- a) Espécie e grau ou nível da deficiência;
- b) Código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID;
- c) Limitações funcionais;
- d) Cargo para o qual é candidato;
- e) Se existe ou não compatibilidade com as atribuições da função pretendida e descritas neste Edital;
- f) Data da expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina – CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo;
- g) Não será considerado laudo médico ilegal ou cópia.

5.10. Não serão consideradas como deficiências as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.

5.11. Será excluído deste Teste Seletivo o candidato com deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho do cargo, caracterizada ou não pela legislação vigente.

5.12. Será excluído da lista de classificação de pessoa com deficiência, e concorrerá exclusivamente à vaga de ampla concorrência ficando automaticamente como último colocado dentre os aprovados, o candidato que apresentar laudo médico em desacordo com os critérios especificados neste Edital, ou apresentar laudo médico que não caracterize a deficiência de acordo com a legislação vigente.

5.13. O candidato inscrito como pessoa com deficiência que obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos neste Edital figurará em lista específica e na lista de ampla concorrência.

5.14. Em caso de ausência, desistência ou não comprovação dos documentos de candidato da lista de ampla concorrência ou de pessoa com deficiência, a vaga será ofertada ao próximo candidato convocado da respectiva lista de classificação.

5.15. Na hipótese de não existirem candidatos inscritos como pessoal com deficiência, todas as vagas serão destinadas aos candidatos classificados na lista de ampla concorrência.

5.16. Ao ser convocado para investidura em cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura Municipal de Jaguariá – PR, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como pessoa com deficiência ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

5.17. Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência descrita no formulário de inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral em último colocado dentre os aprovados.

5.18. O candidato ao realizar sua inscrição, manifesta ciência e concordância quanto à divulgação de seus dados em listagens e resultados, tais como aqueles relativos à pontuação, ou pessoa com deficiência, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Teste Seletivo.

5.19. Os candidatos deverão estar cientes de que tais informações poderão ser encontradas na rede municipal de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes.

5.20. O candidato PCD que não realizar a inscrição conforme instruções deste Edital não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

6. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

6.1. No dia 25/08/2025, a partir das 17:30hrs, será divulgada e homologada, por meio do Diário Oficial do Município de Jaguariá – PR, a relação definitiva dos candidatos inscritos.

7. PROVAS

7.1. A avaliação constará de prova objetiva, adequada ao cargo objeto do Teste Seletivo, de caráter eliminatório e classificatório.

7.2. A prova objetiva será realizada no dia 31/08/2025 às 09:00hrs na Escola Municipal Walquíria Carneiro Xavier da Silva, sito à Rua Florêncio Delgado, S/N, Bairro Vila Fonseca, no Município de Jaguariá – PR.

7.3. A prova terá questões conforme quadro de cargo e requisitos deste Edital e terá duração máxima de 3 (três) horas.

7.4. A prova constará de 10 (dez) questões objetivas, em que o candidato deverá obter no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos para ser considerado aprovado.

7.5. A prova objetiva versará sobre conhecimentos gerais e específicos inerentes ao referido cargo.

7.6. A nota da prova será o somatório dos pontos obtidos e títulos considerados válidos, os quais deverão ser apresentados no dia da prova objetiva em fotocópia autenticada em cartório, devendo ainda o candidato levar a via original para conferência do Fiscal de Sala.

7.7. A classificação será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato e somatória de títulos e em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- a) apresentar maior nota na Prova Objetiva;
- b) apresentar maior tempo de serviço com transporte escolar ou transporte coletivo;
- c) apresentar maior tempo de serviço prestado ao setor público;
- d) apresentar maior idade.

7.8. Não será permitido, sob nenhuma hipótese, o acesso dos candidatos às salas de provas após o horário previamente estipulado, ficando os retardatários e os ausentes automaticamente desclassificados do Teste Seletivo.

7.9. O portão de acesso ao prédio onde será realizada a prova será fechado às 08:30hrs.

7.10. Os relógios da Comissão Especial de Avaliação do Teste Seletivo serão acertados pelo Serviço Hora Certa Brasil Telecom – fone 130, situação em que não serão tolerados atrasos.

7.11. Durante as provas não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, utilização de aparelhos eletrônico, agenda eletrônica, btp, mp3/4/5/7/9/10/11, Ipod, I-phone, aparelhos telefônicos em geral, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor de sinais, relógios com bancos de dados, walkman, protetores auriculares e/ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas.

7.12. Todos os aparelhos eletrônicos que ingressarem na sala de aplicação de provas deverão ser desligados.

7.13. Abri-se-á exceção para a candidata que estiver amamentando.

7.14. Neste caso, será necessária a presença de acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e ficará em dependência indicada pela Comissão Especial de Avaliação do Teste Seletivo.

7.15.O acompanhante que ficará responsável pela criança se submeterá a todas as normas constantes no presente edital, inclusive no tocando ao uso de equipamento eletrônico e celular, bem como, deverá apresentar um dos documentos previstos neste Edital para acessar e permanecer no local designado.

7.16. Caso não haja a presença de acompanhante responsável pela criança, a candidata não realizará a prova ficando automaticamente excluída do certame.

7.17. Será desclassificado o candidato que:

a) Não estiver presente na sala ou local de provas no horário determinado par o início das provas;

b) For surpreendido, durante a execução das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude;

7.18. O candidato poderá deixar a sala de provas após decorrida 1 (uma) hora do início da aplicação das provas.

#### 8. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

8.1. A prova objetiva será composta por 10 (dez) questões de múltipla escolha, com cinco alternativas cada, versando sobre:

- a) Língua Portuguesa;
- b) Matemática Básica;
- c) Conceitos básicos de legislação de trânsito e transporte escolar;

#### 9. DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS

9.1. O gabarito oficial da prova será divulgado no dia 01/09/2025 a partir das 17:00hrs em Diário Oficial do Município.

#### 10. RESULTADO FINAL

10.1. O resultado final do Teste Seletivo será divulgado em Diário Oficial pelo site da Prefeitura Municipal de Jaguaraiá – PR no dia 01/09/2025 a partir das 17:00hrs.

10.2. A homologação do resultado final do Teste Seletivo será divulgada em Diário Oficial pelo site da Prefeitura Municipal de Jaguaraiá – PR no dia 03/09/2025 a partir das 17:00hrs.

#### 11. RECURSO

- 11.1. Serão admitidos recursos:
- a) quanto à relação de inscritos;
- b) quanto ao resultado final do Teste Seletivo.

11.2. O recurso será interposto através de requerimento no Departamento de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Jaguaraiá nos termos definidos neste Edital.

11.3. Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.

#### 12. VALIDADE

12.1. O presente Teste Seletivo terá validade de 1 (um) ano prorrogável por igual período, observadas as condições que derão razão ao seu objeto.

12.2. A contratação dos candidatos observará a necessidade pública, caso a caso.

12.3. O prazo de contratação é limitado ao tempo de validade do processo de seleção previsto no item 12.1. deste Edital

#### 13. CONVOCAÇÃO

13.1. A convocação dos candidatos classificados será divulgada no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico <https://www.jaguaraiava.pr.gov.br/> e o candidato terá 2 (dois) dias úteis para se apresentar no Departamento de Recursos Humanos.

13.2. Os casos de acumulo de função e compatibilidade de horários previstos na constituição Federal serão previamente analisados pela Procuradoria Jurídica Municipal.

13.3. A convocação ocorrerá mediante a publicação de editais ou Decreto Municipal, em diário oficial, no endereço eletrônico <https://www.jaguaraiava.pr.gov.br/>, em que constará data, horário e local de comparecimento para aceite da vaga e apresentação da respectiva documentação.

13.4. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de comparecimento para fins de justificativa de sua ausência.

13.5. As convocações poderão ser acompanhadas pelo Diário Oficial do Município no endereço eletrônico <https://www.jaguaraiava.pr.gov.br/>.

13.6. Não será convocado candidato que tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho, como penalidade em decorrência de sindicância, ou tenha sofrido penalidade de demissão processo específico, ambos pela Prefeitura Municipal de Jaguaraiá – PR, nos últimos 5 (cinco) anos, excetuados os casos em que a sindicância ou processo disciplinar tenha constatado contratação/admissão indevida por parte da administração.

13.7. Será observada, no momento da convocação, a reserva de vagas aos candidatos inscritos como pessoa com deficiência (PcD).

13.8. Serão seguidos os mesmos critérios para o candidato inscrito na lista de ampla concorrência e de pessoa com deficiência.

13.9. Para ser contratado, o candidato deverá identificar-se a apresentar os seguintes documentos pessoais originais ou documentos de aplicativos de órgãos oficiais, em situação regular, acrescidos de cópia, para que o servidor do Departamento de Recursos Humanos possa conferir a autenticidade:

- a) Documento oficial de identidade com foto;
- b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" ou superior, dentro do prazo de validade;
- c) Exame toxicológico com data de emissão inferior a 90 dias;
- d) Comprovante de residência atualizado;
- e) Certificado do curso de Transporte Escolar válido;
- f) Certificado do curso de Transporte Coletivo de Passageiros válido;
- g) Originais ou cópias legíveis e em bom estado de conservação dos títulos de escolaridade obrigatória, constantes no comprovante de inscrição, conforme descrito neste Edital;
- h) Laudo médico para inscritos como pessoa com deficiência;
- i) CPF; a comprovação pode ser feita por meio da apresentação dos seguintes documentos, desde que conste o número de inscrição do CPF
- I - Carteira de Identidade;
- II - Carteira Nacional de Habilitação, inclusive a versão digital;
- III - Comprovante de Inscrição no CPF emitido pelas entidades conveniadas à Receita Federal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos);
- J) Cartão do PIS/PASEP, ou documento oficial, contendo o número do PIS ou comprovante de número do PIS/PASEP impresso da página do CQC – eSocial, exceto em caso de primeiro emprego;
- I) Carteira de Trabalho física ou digital, original;
- m) Título de Eleitor Digital (e-Título);
- n) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no endereço eletrônico [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br) (original) ou comprovante da última eleição;
- o) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
- p) Certidão de Nascimento ou Casamento (quando couber, cópia);
- q) Certidão de nascimento dos(as) filhos(as) menores de 18 (dezoito) anos (cópia);
- r) Certidão de Divórcio (quando couber, cópia);
- s) Comprovante de endereço atual (cópia);
- t) Certidão de antecedentes criminais;
- u) Comprovante de titular de conta corrente ou conta salário no Banco Caixa Econômica Federal, contendo o número da agência e conta (Extrato Bancário, Contrato de serviços do banco, foto do Bankline, cartão de crédito/débito);
- v) 1 (uma) foto 3x4;
- x) Comprovantes de experiência profissional com transporte escolar ou coletivo (carteira de trabalho, declarações, contratos, comprovante de conclusão de curso, etc);
- z) Documento que comprove tempo de serviço prestado ao Poder Público (declaração funcional, contracheque, etc).

13.10. A admissão do candidato no cargo está condicionada ao atendimento das seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro, nato ou naturalizado, ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal, §1º do Art. 12 e Decreto nº 70.436 de 18/04/72). Ao estrangeiro naturalizado é exigida a revalidação e a possibilidade do exercício de sua profissão no país;
- b) Encontrar-se no pleno exercício dos direitos civis e políticos;
- c) Atender aos requisitos de escolaridade constantes deste Edital;

13.11. Quando da convocação o candidato deverá, obrigatoriamente apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos para o cargo, e deverá fazer sua opção entre assumir ou desistir da vaga.

13.12. Em caso de desistência formal da vaga, junto ao Departamento de Recursos Humanos, impreterivelmente no prazo de 2 (dois) dias úteis, o candidato irá para o final da lista.

13.13. O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação.

#### 14. DESISTÊNCIA

14.1. Será considerado desistente de todas as inscrições do Teste Seletivo, o candidato que assinar Termo de Desistência de Contrato.

#### 15. EXCLUSÃO DO CANDIDATO

15.1. O candidato será excluído deste Teste Seletivo na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:

- a) tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho como penalidade em decorrência de sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação, excetuados os casos em que a sindicância tenha constatado contratação/admissão indevida por parte da administração;
- b) tenha sofrido penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;
- c) tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos, excetuando-se os casos permitidos pelo Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- d) tiver comprovado ilegalidade nos documentos apresentados, ou declaração falsa ou inexistente;
- e) se inscrito na lista de classificação de pessoa com deficiência, não apresente laudo médico ou apresente em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou que não caracterize a deficiência de acordo com a legislação vigente;
- f) na data da abertura do contrato não apresente as mesmas condições físicas e mentais declaradas no atestado de saúde ocupacional.

15.2. Caso seja constatado que o candidato tenha incorrido em qualquer das hipóteses citadas neste Edital, após sua contratação, estará sujeito à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo.

#### 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Comissão Técnica de Avaliação do Teste Seletivo, designada pelo Decreto Municipal nº. 1.003/2025, tem como atribuição avaliar os documentos exigidos neste Edital Normativo.

16.2. Não serão fornecidas por telefone, pessoalmente ou por meio eletrônico, informações que constem neste Edital.

16.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este Teste Seletivo, divulgados no endereço eletrônico <https://www.jaguaraiava.pr.gov.br/> e atender aos prazos e condições estipuladas nas demais publicações durante o Teste Seletivo.

16.4. A Prefeitura Municipal de Jaguaraiá – PR não fornecerá cópias de documentos já apresentados em outros certames, nem se responsabilizará por documentação que exige prazo de emissão, se portador de deficiência, não será atendido caso solicite amparo especial ou intervenção de terceiros para auxiliá-lo no exercício das atribuições inerentes ao cargo a ser exercido, com os quais não poderá alegar incapacidade.

16.5. O candidato, após ser contratado, não será atendido caso solicite afastamento de função, adaptação de função ou alegue incompatibilidade com as atribuições do cargo para o qual foi contratado e, se portador de deficiência, não será atendido caso solicite amparo especial ou intervenção de terceiros para auxiliá-lo no exercício das atribuições inerentes ao cargo a ser exercido, com os quais não poderá alegar incapacidade.

16.6. O ato de inscrição importa o conhecimento das presentes instruções e a aceitação total das condições do Teste Seletivo, nos termos fixados no edital, inclusive que a administração não está obrigada a convocar todos os aprovados.

16.7. Os casos omissos até a publicação do resultado final do Teste Seletivo serão resolvidos pela Comissão Técnica de Avaliação do Teste Seletivo – PSS, designada pelo Decreto Municipal nº. 1003/2025, e após a publicação do resultado final, pelo Chefe do Poder Executivo.

Jaguaraiá – PR, 15 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA  
PREFEITO MUNICIPAL

SUZANA MESO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO TESTE SELETIVO



IPASPMJ

PORTARIA nº 06/2025

Concede Gratificação de Função  
FG 07, à Servidora LUANA  
CAROLINE LUCHESSI VAZ.

O Presidente Executivo do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Município de Jaguaraiá – IPASPMJ, Estado do Paraná, VALDEMIER FERREIRA, no uso de suas atribuições conferidas

pelo decreto 048/2025, e ainda,

Considerando a Lei Municipal de Nº 2903/2022, de 25/03/2022 que, além de regulamentar as gratificações de funções;

Considerando os princípios básicos estabelecidos no artigo 37, da nossa Lei maior, bem como o princípio da supremacia do interesse público;

Considerando que passou a desenvolver serviços administrativos, estando sob a sua responsabilidade o atendimento ao público, cadastramento de aposentados e pensionistas, atuação de processos junto ao Tribunal de Contas do Paraná, organização e controle do arquivo de documentação dos Beneficiários Aposentados e Pensionistas atuais e passados assim como de outros documentos gerados por todos os setores deste INSTITUTO;

Considerando, que a servidora possui qualificação técnica em segurança do trabalho e a partir do corrente mês passa a compor a Brigada de Incêndio junto ao IPASPMJ;

Considerando, por fim, realizar atribuições de confiança à administração do Ente e da Presidência do Instituto;

#### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER à servidora, com cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, LUANA CAROLINE LUCHESSI VAZ, brasileira, solteira, Servidora Pública, portadora de R.G. nº X.XXX.188-7 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº XXX.XXX.569-39, Gratificação de Função FG07, no percentual de 70% (setenta por cento), do vencimento básico de carreira.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente, correrão por conta das verbas do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Município de Jaguaraiá-IPASPMJ.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na presente data, com o efeito retroativo a 01/08/2025, revogando-se a portaria nº 03/2025.

Art. 4º. Publique-se, Registre-se, Anote-se.

Jaguaraiá, 08 de agosto de 2025.

VALDEMIER FERREIRA  
Presidente Executivo de IPASPMJ



SAMAE

PORTARIA Nº 028/2025

O Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaguaraiá – PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Decreto nº 049/2025:

#### RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR A COMISSÃO ADMINISTRATIVA, para fins específicos de avaliar o desempenho funcional na PROGRESSÃO POR MÉRITO dos servidores do SAMAE, que será constituída pelos seguintes membros:

Presidente: SÉFORA LIANEY JAYME PRZYBYSZ

Membros: VANESSA FERREIRA

JOVIS PEREIRA DE MELLO

ADEMAR CONRADO PIMENTEL

KATIA APARECIDA MIRANDA

Parágrafo Único: Os servidores ora designados exercerão as atividades determinadas, sem prejuízo de suas atividades normais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir de 21/01/2025.

Jaguaraiá, 23 de abril de 2025.

Publique-se Registre-se Anote-se

ADILSON RODRIGO MILEK  
Presidente do SAMAE  
Decreto nº 049/2025

\*Replicado por incorreção

REPUBLICAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO 006/2025

1) Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

2) Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho para fornecer serviços relacionados à saúde ocupacional, sendo eles: a realização de exames admissionais, periódicos, demissionais, retorno ao trabalho, mudança de função, perícias médicas, assessoria técnica, auxílio na CIPA, elaboração e renovação de laudos técnicos, como: PCMSO, PGR, LTCAT e PPP, gerenciamento das obrigações relacionadas à fase 4 do e-Social, além da implementação de fluxos de trabalho para otimizar a gestão da saúde dos servidores da Autarquia. Descritor no Edital e Anexo I.

3) Abertura da Licitação: 28/08/2025 às 09:00 horas

4) Recebimento das Propostas: das 14:00 horas do dia 15/08/2025 às 08:30 horas do dia 28/08/2025.

5) Início da Sessão de Disputa de Preços: 09:00 horas do dia 28/08/2025.

6) Local: Sede do SAMAE, Rua Porto Velho, 140.

O Edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site [www.samaepr.com.br](http://www.samaepr.com.br) ou [www.blocompras.org.br](http://www.blocompras.org.br)

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na sede do SAMAE, na Rua Porto Velho, 140, no Município de Jaguaraiá PR, telefone (43) 3535-9219/3535-9211.

Jaguaraiá, 15 de agosto de 2025.

Andrieli Cristina de Matos  
Presidente do SAMAE



CÂMARA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1/2025  
PROCESSO 15/2025

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Serviços Gerais, Serviços de Portaria, Serviços de Manutenção e Serviços de Encarregado da Sede da Câmara Municipal de Jaguaraiá, conforme Termo de Referência, e em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 14.333/21 e legislação correlata.

NOVA DATA DE ABERTURA: 29/08/2025, às 14h:00min, no Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras>.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 13h:59min do dia 29/08/2025, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos podem ser obtidos no Setor de Licitações e Contratos, localizada na sede da Câmara Municipal de Jaguaraiá - PR, em horário de expediente, nos dias úteis, no site <https://www.jaguaraiava.pr.leg.br/>, menu Licitações e no Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) - Outras informações pelo e-mail: [marcos\\_adm@cmjaguaraiava.pr.gov.br](mailto:marcos_adm@cmjaguaraiava.pr.gov.br) ou pelo tel:43-35358772.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2025

Jaguaraiá, 15 de agosto de 2025	
Processo Administrativo nº:16/2025	Até dia 20/08/2025, às 16:30h
Data e hora limite para entrega da proposta de preço	Horário de Brasília - DF
Referência de horário	
Endereço eletrônico para envio da proposta	<a href="mailto:marcos_adm@cmjaguaraiava.pr.gov.br">marcos_adm@cmjaguaraiava.pr.gov.br</a>
Endereço do Portal da Transparência	<a href="https://www.cmjaguaraiava.pr.gov.br/">https://www.cmjaguaraiava.pr.gov.br/</a> , "transparência", "licitações e contratos", "dispensa de licitação"
A Câmara Municipal de Jaguaraiá/PR, através do Setor de Compras e Licitações, com sede na Rua Prof. Aldo Sampaio Ribas, nº 222, inscrita no CNPJ/MF sob nº 77.774.594/0001-12, torna pública para conhecimento dos interessados a realização <b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> , com critério de julgamento <b>MENOR PREÇO</b> , nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, de Lei Municipal 2.987/2023 e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.	
<b>OBJETO:</b> AQUISIÇÃO DE 8.800 (OITO MIL E OITOCENTOS) LITROS DE GASOLINA COMUM, PARA FORNECIMENTO SOB DEMANDA, A FIM DE ABASTECER OS VEÍCULOS DA FROTA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE JAGUARAIÁ-PR.	
<b>Valor máximo estimado: R\$59.488,00 (Cinquenta e Nove mil Quatrocentos e Oitenta e Oito Reais )</b>	
<b>ANEXOS DESTA AVISO</b>	
Anexo I – Relação de itens da Dispensa de Licitação	
Anexo II – Termo de Referência	



1. OBJETO

Conforme condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta **Dispensa de Licitação**, pessoas jurídicas, regularmente estabelecidas no país que atendam às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

2.2 Não poderão participar desta **Dispensa de Licitação** os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

3.1 As informações relativas a especificações do objeto, dotação orçamentária, prazos e local de entrega estão elencadas nos Anexos I e II, deste Aviso, que estarão disponíveis na íntegra no **Portal da Transparência da Câmara Municipal de Jaguariá** (<https://www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/>), clicando em **"licitações e contratos"** e depois em **"dispensa de licitação"**.

4. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

4.1 Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

**4.2 A proposta de preços, deverá ser encaminhada via e-mail, para o endereço eletrônico: marcos\_adm@cmjaguariaiva.pr.gov.br, fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025.**

4.3 Até o horário limite para envio de propostas no e-mail, o participante interessado, poderá confirmar com o Setor de Compras e Licitações, se os arquivos com os documentos chegaram na íntegra e puderam ser acessados.

4.4 No caso de os arquivos enviados apresentarem falhas, arquivos danificados, ou qualquer forma de impedimento de leitura dos mesmos, será aceito o envio de novos arquivos com os problemas corrigidos, até a data e horário limite para recebimento.

4.4.1 Antes de findo o prazo limite, a verificação por parte do Setor de Compras se limitará apenas à integridade dos arquivos enviados e sua possibilidade de leitura. A análise para verificação da aceitação da proposta se dará somente depois da data e horário estipulados para sua entrega.

4.5 Após o horário limite não será admitido o envio de **novos arquivos de proposta**, apenas documentos para diligências pontuais, que se fizerem necessárias, solicitados pelo condutor do processo, para melhor esclarecimento das condições de habilitação do participante, conforme a legislação vigente.

5. PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

5.2 A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dentro do preço máximo que a Câmara Municipal de Jaguariá, se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 5.3 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

5.4 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.

5.5 Os preços ofertados não poderão exceder os preços máximos, constantes neste Aviso.

6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de **comprovação de habilitação, após o término do prazo de apresentação de propostas**, o condutor da Dispensa de Licitação solicitará e analisará os documentos de habilitação relacionados no Anexo I (Termo de Referência).

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço.

7.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

8.2 HABILITAÇÃO

8.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

8.2.2 Será inabilitado o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

9. OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

As obrigações, penalidades e sanções estão elencadas no Termo de Referência, anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

10.2 O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.3 O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

10.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceite pela Câmara Municipal.

10.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara, sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

10.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irrevogável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

10.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

10.8 Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial do Município.

ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Item	Descrição	V. Unit. (R\$)	Qtde	V. total (R\$)
1	GASOLINA COMUM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DA ANP, CONFORME NORMA CNPQ.	6,76 LT	8.800 ml LT	R\$59.488,00
TOTAL GERAL				59.488,00

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025

Jaguariá, 15 de agosto de 2025	
Processo Administrativo nº: 17/2025	
Data e hora limite para entrega da proposta de preço	Até dia 20/08/2025, às 16:30h
Referência de horário	Horário de Brasília - DF
Endereço eletrônico para envio da proposta	marcos_adm@cmjaguariaiva.pr.gov.br
Endereço do Portal da Transparência	<a href="https://www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/transparente/">https://www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/transparente/</a> , "licitações e contratos", "dispensa de licitação"
A Câmara Municipal de Jaguariá/PR, através do Setor de Compras e Licitações, com sede na Rua Prof. Aldo Sampaio Ribas, nº 222, inscrita no CNPJ/ME sob nº 77.774.594/0001-12, torna público para conhecimento dos interessados a realização <b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> , com critério de julgamento <b>MENOR PREÇO GLOBAL</b> , nos termos do Art. 4º, inciso I da Lei 14.133/2021, da Lei Municipal 2987/2023 e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.	
<b>OBJETO:</b> Formação do Registro de Preços para eventual contratação de Assessoria Técnica de Engenharia para levantamento das reais necessidades de manutenção e reforma do prédio da Câmara Municipal de Jaguariá, bem como, assessoria técnica de engenharia para fiscalização e medição desses serviços de reforma, conforme termo de referência.	
Valor máximo estimado: R\$ 70.500,00	
ANEXOS DESTA AVISO	
Anexo I - Relação de Itens da Dispensa de Licitação	
Anexo II - Termo de Referência	

1. OBJETO

Conforme condições constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Aviso.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta **Dispensa de Licitação**, pessoas jurídicas, regularmente estabelecidas no país que atendam às condições exigidas neste Aviso e seus anexos, devendo pertencer ao ramo da atividade pertinente e compatível com o objeto pretendido.

2.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

3.1 As informações relativas a especificações do objeto, dotação orçamentária, prazos e local de entrega estão elencadas nos Anexos I e II, deste Aviso, que estarão disponíveis na íntegra no **Portal da Transparência da Câmara Municipal de Jaguariá** (<https://www.cmjaguariaiva.pr.gov.br/>), clicando em **"licitações e contratos"** e depois em **"dispensa de licitação"**.

4. PRAZO E FORMA PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

4.1 Este Aviso de Dispensa de Licitação ficará aberto por um período de **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município.

**4.2 A proposta de preços, deverá ser encaminhada via e-mail, para o endereço eletrônico: marcos\_adm@cmjaguariaiva.pr.gov.br, fazendo referência no assunto do e-mail a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2025.**

4.3 Até o horário limite para envio de propostas no e-mail, o participante interessado, poderá confirmar com o Setor de Compras e Licitações, se os arquivos com os documentos chegaram na íntegra e puderam ser acessados.

4.4 No caso de os arquivos enviados apresentarem falhas, arquivos danificados, ou qualquer forma de impedimento de leitura dos mesmos, será aceito o envio de novos arquivos com os problemas corrigidos, até a data e horário limite para recebimento.

4.4.1 Antes de findo o prazo limite, a verificação por parte do Setor de Compras se limitará apenas à integridade dos arquivos enviados e sua possibilidade de leitura. A análise para verificação da aceitação da proposta se dará somente depois da data e horário estipulados para sua entrega.

4.5 Após o horário limite não será admitido o envio de **novos arquivos de proposta**, apenas documentos para diligências pontuais, que se fizerem necessárias, solicitados pelo condutor do processo, para melhor esclarecimento das condições de habilitação do participante, conforme a legislação vigente.

5. PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

5.2 A proposta deverá ser redigida em papel timbrado do interessado, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/e-mail e pessoa de contato;
- b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dentro do preço máximo que a Câmara Municipal de Jaguariá, se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.
- 5.3 A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

5.4 A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.

5.5 Os preços ofertados não poderão exceder os preços máximos, constantes neste Aviso.

6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de **comprovação de habilitação, após o término do prazo de apresentação de propostas**, o condutor da Dispensa de Licitação solicitará e analisará os documentos de habilitação relacionados no Anexo I (Termo de Referência).

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

7.1 PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1.1 As propostas apresentadas em consonância com as exigências do Aviso serão classificadas e será declarada vencedora a que apresentar o menor preço.

7.1.2 Os interessados que apresentarem proposta de preços com divergência às exigências deste Aviso e seus anexos será desclassificada.

8.2 HABILITAÇÃO

8.2.1 Será habilitado o interessado que atender todas as condições do Aviso e seus anexos.

8.2.2 Será inabilitado o interessado que não atender as condições do Aviso e seus anexos.

9. OBRIGAÇÕES, PENALIDADES E SANÇÕES

As obrigações, penalidades e sanções estão elencadas no Termo de Referência, anexo I deste Aviso e são parte integrante independente de transcrição.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

10.2 O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.3 O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

10.4 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceite pela Câmara Municipal.

10.5 Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara, sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

10.6 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irrevogável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

10.7 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

10.8 Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

a) O primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial do Município.

ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	V. Unit (R\$)	V. Total (R\$)
1	MEDÇÃO – vista e emissão de relatório	100 horas/ano	Hora técnica	R\$ 160,00	R\$ 16.000,00
2	VISITA TÉCNICA – Acompanhamento das obras e serviço de engenharia	200 horas/ano	Hora técnica	R\$ 160,00	32.000,00
3	LAUDO TÉCNICO – Emissão de laudo técnico sobre as condições do prédio e reformas necessárias	150 horas/ano	Hora técnica	R\$ 150,00	22.500,00
TOTAL GERAL					R\$ 70.500,00